



DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

Raphael Bispo Milhomens – Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos – SP

Francisco Samuel de Sousa e Silva – Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - CE

Fabio Alves Gomes - Doutor em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN

Contatos: raphael.i9var@gmail.com; samicks2@yahoo.com.br;
falves@df.ufcg.edu.br

DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

- OBJETIVOS
- JUSTIFICATIVA
- INTRODUÇÃO
- METODOLOGIA
- REFERENCIAL TEÓRICO
- RESULTADOS E DISCUSSÃO
- CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFERÊNCIAS

OBJETIVOS

➤ **Objetivo Geral**

- Estabelecer as bases teóricas e conceituais para a compreensão do vínculo entre o direito à educação e a construção da cidadania.

➤ **Objetivos Específicos:**

- Investigar e analisar características que ligam o direito à educação e a formação cidadã no contexto brasileiro.
- Analisar a Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação quanto a relevância para o desenvolvimento da cidadania ;
- Pesquisa a história e evolução do Direito Educacional Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

- O campo do Direito Educacional está em constante evolução, com novas legislações, regulamentações e debates políticos em curso. O artigo auxilia sobre os desenvolvimentos mais recentes e fornece uma visão geral das questões do direito educacional e da cidadania.;
- O tema do direito à educação e cidadania é intrinsecamente interdisciplinar, envolvendo aspectos legais, pedagógicos, sociológicos e políticos.
- Ao estabelecer os conceitos-chave e as implicações o artigo pretende auxiliar na estruturação da discussão sobre o tema.
- Ele contribui para o campo acadêmico ao oferecer uma visão panorâmica e uma estrutura lógica para a análise ;

INTRODUÇÃO

A relação intrínseca entre o direito à educação e a formação da cidadania tem sido objeto de análise e reflexão em diversos contextos acadêmicos e sociais. No contexto brasileiro, essa interligação reveste-se de significância inquestionável, pois a educação é concebida como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Este capítulo inaugura uma jornada de exploração profunda das questões relacionadas ao Direito Educacional no Brasil, situando-se como alicerces conceituais e teóricos essenciais para as discussões que se seguirão.

Busca-se proporcionar um arcabouço conceitual sólido, fundamentado em perspectivas teóricas e legais, que ilumine o cenário educacional brasileiro. A exploração desses conceitos e implicações contribuirá para a compreensão das nuances e desafios inerentes à promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que seja não apenas um direito legalmente assegurado, mas também um mecanismo para o exercício efetivo da cidadania.

Examinaremos as bases legais e constitucionais que respaldam o direito à educação no Brasil, bem como sua relevância incontestável como um direito humano fundamental. Procederemos à análise crítica de conceitos cruciais, como cidadania ativa e inclusão, considerando suas implicações para a construção de uma sociedade participativa e consciente de seus direitos e deveres. Além disso, refletiremos sobre o papel da educação na formação de cidadãos críticos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.



METODOLOGIA

- Pesquisa Bibliográfica e documentos
- Pesquisa quali-quantitativa

REFERENCIAL TEÓRICO

- No referencial teórico foi utilizado os documentos legais como as Constituições Federais Brasileira em especial a **Constituição Brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;**
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996);
- Zygmunt Bauman trazendo a relação entre a educação, a cidadania e as dinâmicas sociais contemporânea, destacando a importância de adaptar a formação cidadã às realidades em constante transformação
- Saviani (2018); 2019;
- GADOTT (1993)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Fundamentação Legal e Constitucional:** Destaque para a Constituição Federal de 1988 como base legal que assegura o direito à educação no Brasil, enfatizando sua importância como um direito fundamental e seu papel na construção da cidadania.
- **Educação como Formação Cidadã:** Exploração da interconexão entre educação e cidadania, enfatizando como a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.
- **Desafios e Implicações:** Discussão dos desafios enfrentados na promoção do direito à educação e da formação cidadã, bem como a importância da inclusão e diversidade na educação. Destacando a relevância desses tópicos não apenas no contexto brasileiro, mas também em uma perspectiva global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da base constitucional sólida proporcionada pela Constituição Federal de 1988, enfatizamos a educação como um direito humano fundamental, consagrando-a como um pilar essencial para o desenvolvimento da cidadania ativa e consciente. Este trabalho contribuí para a compreensão do papel da educação na formação de cidadãos críticos e participativos. Evidencia-se a necessidade de capacitar os indivíduos a não apenas de conhecerem seus direitos, mas também a se engajarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

Explorou-se a relevância da inclusão e diversidade na educação, reconhecendo que uma sociedade verdadeiramente democrática deve valorizar a pluralidade e garantir que todos tenham igualdade de oportunidades educacionais.

Entretanto, também destacamos os desafios intrínsecos à promoção do direito à educação e da formação cidadã. Desigualdades educacionais persistem, e a qualidade da educação é uma preocupação constante. As realidades complexas do contexto brasileiro exigem uma análise crítica e ação contínua.

À medida que avançamos para os capítulos subsequentes deste livro, é fundamental mantermos em mente os conceitos e implicações discutidos aqui. O entendimento do direito à educação e da formação cidadã é a base que nos permitirá analisar de forma aprofundada o cenário do Direito Educacional no Brasil. Estamos comprometidos em contribuir para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade em nossa nação, e esperamos que este artigo seja uma parte significativa desse processo.



REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. 258 p
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 mai 2023
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em 02 de maio de 2023..
- GADOTTI, Moacir. Conclusão: desafios da Educação pós-moderna. In: Histórias das Idéias Pedagógicas. Ática, 1993
- GADOTTI, Moacir. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? In Institut international des droits de l'enfant (IDE). Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005. Disponível em <http://www.ceap.br/material/MAT26052010212813.pdf> Acesso em 10 jul. 2023.
- MOISÉS. José Álvaro. Cidadania, Confiança e Instituições Democráticas. In Lua Nova, São Paulo: 65: 71-94, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n65/a04n65.pdf> Acesso em 18 jun. 2023.
- PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? Trad. Ivete Braga. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. 36ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003
- UNESCO. Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI. -- Brasília: UNESCO, 2015. 44 p., il.